



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640170 - RJ (2021/0013586-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : PATRICK SOARES MACHADO (PRESO)
PACIENTE : HUDSON YAGO DE JESUS ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PATRICK SOARES MACHADO e HUDSON YAGO DE JESUS ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0014934-88.2019.8.19.0002).

Os pacientes foram condenados pela prática do delito previsto no art. 157, §2º, incisos I e II (cinco vezes), do Código Penal à pena de 9 anos de reclusão e 49 dias-multa, no mínimo legal, para PATRICK e de 10 anos de reclusão e 60 dias-multa, no mínimo legal, para HUDSON, ambas em regime inicial fechado.

Perante a instância revisora, a pena foi agravada para 12 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão e 31 dias-multa, no mínimo legal, para PATRICK e para 14 anos, 3 meses e 27 dias de reclusão e 36 dias-multa, no mínimo legal, para HUDSON, ambas em regime inicial fechado.

Sustenta constrangimento ilegal, uma vez que há patente ilegalidade na utilização, na terceira fase de dosimetria da pena, de fração superior à mínima apenas com base na quantidade de causas de aumento, não havendo fundamentação idônea apta a amparar tal majoração.

Requer, liminarmente, a redução do percentual de aumento decorrente da presença de duas causas de aumento ao patamar de 1/3. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência